

# Impactos tributários

COVID-19



## GUIA

- Suspensão de prazos processuais
- Redução e isenção de tributos
- Prorrogação do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal
- Prorrogação do prazo de obrigações acessórias
- Programas de Transação e Parcelamentos



## Suspensão de prazos processuais

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>DECRETO Nº 47.512, DE 9 DE MARÇO DE 2021</b>	Estado do Rio de Janeiro	Regulamenta a Lei nº 9.160/2020, que dispõe sobre a suspensão de procedimentos administrativos em decorrência da pandemia.	<a href="http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_struture/legislacao/legislacao-estadual-navigation/coluna1/menu_legislacao_decretos/Decretos-Tributaria?_afLoop=34474515908068149&amp;datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC42000017494&amp;_adf.ctrl-state=15rzm17zkq_85">http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_struture/legislacao/legislacao-estadual-navigation/coluna1/menu_legislacao_decretos/Decretos-Tributaria?_afLoop=34474515908068149&amp;datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC42000017494&amp;_adf.ctrl-state=15rzm17zkq_85</a>
<b>PORTARIA-GP Nº 195, DE 3 DE MARÇO DE 2021</b>	Estado do Maranhão	Suspende de 8 a 17 de março os prazos processuais relacionados a processos físicos.	<a href="https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/MAR%C3%87O/00149471e20f4558dddec9bb20190c09.pdf">https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/MAR%C3%87O/00149471e20f4558dddec9bb20190c09.pdf</a>
<b>ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 12, DE 2 DE MARÇO DE 2021</b>	Tribunal de Justiça da Paraíba	Suspende os prazos processuais em autos físicos nas Comarcas sinalizadas com bandeira vermelha ou laranja, conforme classificação adotada pelo Governo do Estado da Paraíba, nos termos do Decreto Estadual nº 40.304/2020.	<a href="https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_presidencia_12_2021.pdf">https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_presidencia_12_2021.pdf</a>
<b>ATO CONJUNTO Nº 12, DE 2 DE MARÇO DE 2021</b>	Tribunal de Justiça de Pernambuco	Suspende até 4 de abril os prazos processuais relacionados a processos físicos.	<a href="https://www.tjpe.jus.br/-/tjpe-prorroga-suspensao-do-expediente-presencial-ate-4-de-abril">https://www.tjpe.jus.br/-/tjpe-prorroga-suspensao-do-expediente-presencial-ate-4-de-abril</a>
<b>PORTARIA Nº 566, DE 4 DE MARÇO DE 2021</b>	Tribunal de Justiça do Piauí	Suspende de 8 a 17 de março os prazos processuais relacionados a processos físicos.	<a href="http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/tj-pi-publica-portaria-com-novas-disposicoes-sobre-funcionamento-apos-decretos-restritivos/#">http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/tj-pi-publica-portaria-com-novas-disposicoes-sobre-funcionamento-apos-decretos-restritivos/#</a>



## Suspensão de prazos processuais

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	Suspende de 1º a 15 de março os prazos processuais relacionados a processos físicos.	<a href="http://www.tjrn.jus.br/files/Portaria_Conjunta_n_12-2021_DJe.pdf">http://www.tjrn.jus.br/files/Portaria_Conjunta_n_12-2021_DJe.pdf</a>
<b>DECRETO Nº 1.840, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de Macapá/AP	Prorroga até 8 de março de 2021 as medidas estabelecidas no Decreto nº 557/2021, entre elas a suspensão dos prazos de processos administrativos que estejam em trâmite no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional.	<a href="https://macapa.ap.gov.br/porta/wp-content/uploads/2021/03/Diario-Oficial-4004-26.02.2021.pdf">https://macapa.ap.gov.br/porta/wp-content/uploads/2021/03/Diario-Oficial-4004-26.02.2021.pdf</a>
<b>DECRETO Nº 60.101, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de São Paulo/SP	Prorroga até 15 de março de 2021 a suspensão dos prazos regulamentares e legais nos processos e expedientes administrativos, prevista pelo Decreto nº 59.283/2020.	<a href="http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_cidade/index.asp?c=1&amp;e=20200901&amp;p=1&amp;clipID=5283c6e7e3fac57e18ea1dea858ed9e4">http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_cidade/index.asp?c=1&amp;e=20200901&amp;p=1&amp;clipID=5283c6e7e3fac57e18ea1dea858ed9e4</a>
<b>DECRETO Nº 2.003, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de Palmas/TO	Suspende os prazos administrativos e tributários previstos na legislação municipal, exceto aqueles decorrentes das atividades econômicas não suspensas por este Decreto, de procedimentos licitatórios e de medidas impostas pela Administração em razão da pandemia pelo novo Coronavírus.	<a href="https://coronavirus.palmas.to.gov.br/storage/legislation/MnwnLPCULnM8Y0wCUTKWC1Y7w5yW4WRm3HeXsOit.pdf">https://coronavirus.palmas.to.gov.br/storage/legislation/MnwnLPCULnM8Y0wCUTKWC1Y7w5yW4WRm3HeXsOit.pdf</a>
<b>DECRETO Nº 99.976, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de Belém/PA	Suspende os prazos dos processos administrativos em curso no Município de Belém, desde a data da edição até o prazo de vigência do aludido decreto.	<a href="https://sistemas.belem.pa.gov.br/diario/painel">https://sistemas.belem.pa.gov.br/diario/painel</a>



## Suspensão de prazos processuais

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>DECRETO Nº 1.646, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de Goiânia/GO	Suspende os prazos processuais para manifestação, impugnação ou interposição de recursos nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional.	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2021/do_20210227_000007496.pdf">https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2021/do_20210227_000007496.pdf</a>



## Redução/isenções de tributos

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>RESOLUÇÕES GECEX Nº 165, 161, 162, 164, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Federal	Aprovam a redução das tarifas de importação para os produtos que especifica.	<a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-165-de-22-de-fevereiro-de-2021-304617868">https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-165-de-22-de-fevereiro-de-2021-304617868</a> <a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-161-de-22-de-fevereiro-de-2021-304694676">https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-161-de-22-de-fevereiro-de-2021-304694676</a> <a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-162-de-22-de-fevereiro-de-2021-304694753">https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-162-de-22-de-fevereiro-de-2021-304694753</a> <a href="https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-164-de-22-de-fevereiro-de-2021-304617791">https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gecex-n-164-de-22-de-fevereiro-de-2021-304617791</a>
<b>CONVÊNIO ICMS Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Federal	Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS incidente nas operações e correspondentes prestações de serviço de transporte realizadas com o equipamento respiratório Elmo, suas partes e peças, utilizado no âmbito das medidas de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).	<a href="https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convnios/2021/convenio-icms-13-21">https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convnios/2021/convenio-icms-13-21</a>
<b>CONVÊNIO ICMS Nº 15, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Federal	Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).	<a href="https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convnios/2021/convenio-icms-15-21">https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convnios/2021/convenio-icms-15-21</a>
<b>LEI Nº 10.417, DE 3 DE MARÇO DE 2021</b>	Estado do Maranhão	Isenta do pagamento do ICMS, até 31 de julho de 2021, no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo Coronavírus, as mercadorias constantes no Anexo Único da Lei nº 11.361/2020.	<a href="https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml">https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml</a>
<b>DECRETO Nº 30.391, DE 9 DE MARÇO DE 2021</b>	Estado do Rio Grande do Norte	Concede isenção de ICMS, até 31.12.2021, referente às operações internas e interestaduais de aquisição do equipamento respiratório Elmo, suas partes e peças, utilizado no âmbito das medidas de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2) desde que seja tais operações sejam realizadas pelas pessoas indicadas no referido decreto.	<a href="http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12021-03-10.pdf">http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12021-03-10.pdf</a>



## Redução/isenções de tributos

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>DECRETO Nº 50.092, DE 29 DE JANEIRO DE 2021</b>	Estado de Pernambuco	Concede isenção de ICMS, até 31.7.2021, nas operações com oxigênio medicinal.	<a href="https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Decretos/2021/Dec50092_2021.htm">https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Decretos/2021/Dec50092_2021.htm</a>



## Prorrogação de validade das certidões

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>PORTARIA SF Nº 39, DE 2 DE MARÇO DE 2021</b>	Município de São Paulo/SP	Prorroga até 15 de março de 2021 o prazo de validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, prorrogados originalmente pelo Decreto nº 59.326/2020.	<a href="http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_cidade/index.asp?c=1&amp;e=20200901&amp;p=1&amp;clipID=5283c6e7e3fac57e18ea1dea858ed9e4">http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_cidade/index.asp?c=1&amp;e=20200901&amp;p=1&amp;clipID=5283c6e7e3fac57e18ea1dea858ed9e4</a>



## Prorrogação do prazo de obrigações acessórias

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.001, DE 4 DE JANEIRO DE 2021</b>	Federal	Dispõe sobre a inaplicabilidade da Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012 (que tratam sobre a prorrogação de prazo de obrigações acessórias e principais em Municípios em situação de calamidade pública), à situação de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus.	<a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/solucao-de-consulta-n-4.001-de-19-de-janeiro-de-2021-299980151">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/solucao-de-consulta-n-4.001-de-19-de-janeiro-de-2021-299980151</a>






## Programas de transações/parcelamentos

Ato	Abrangência	Medidas	Link para acesso
<b>CONVÊNIO ICMS Nº 12, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Federal	Autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).	<a href="https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/conv%C3%A9nios/2021/conv%C3%A9nio-icms-12-21">https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/conv%C3%A9nios/2021/conv%C3%A9nio-icms-12-21</a>
<b>PORTARIA PGFN /ME Nº 2.381, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Federal	Reabre os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e dá outras providências.	<a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-pgfn-me-n-2.381-26-de-fevereiro-de-2021-305673631">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-pgfn-me-n-2.381-26-de-fevereiro-de-2021-305673631</a>
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 436, DE 10 NOVEMBRO DE 2020</b>	Estado de Pernambuco	Altera a Lei Complementar nº 362/2017 para determinar que a vedação de concessão de um novo programa de recuperação de créditos tributários ou fiscais durante o período de 10 anos, não se aplica a programa de recuperação de créditos tributários ou fiscais autorizado por Convênio ICMS celebrado no âmbito do Confaz e motivado por estado de calamidade pública declarado pelo Estado de Pernambuco em decorrência da pandemia da Covid-19.	<a href="https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Complementares_Estadual/2020/LCE436_2020.htm">https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Complementares_Estadual/2020/LCE436_2020.htm</a>
<b>LEI Nº 2.133, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Município de Boa Vista/RR	Institui o programa de recuperação fiscal do Município para o ano de 2021 de Boa Vista/RR - REFIS Municipal, destinado à regularização de débitos dos contribuintes, de natureza tributária ou não tributária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o final do exercício de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com ou sem exigibilidade suspensa.	<a href="https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/Most.rarArquivo.php?C=MzU3NDc%2C">https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/Most.rarArquivo.php?C=MzU3NDc%2C</a>
<b>DECRETO Nº 48.144, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</b>	Estado de Minas Gerais	Dispõe sobre a não exigência de créditos tributários relativos ao ICMS e sobre a repactuação dos compromissos assumidos como requisito à concessão de benefícios fiscais, descumpridos em razão dos efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia.	<a href="http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2021/d48144_2021.html">http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2021/d48144_2021.html</a>

# LOBO DE RIZZO

SP RJ Brasil • [ldr.com.br](http://ldr.com.br)

LobodeRizzoAdvogados 

Lobo de Rizzo Advogados 

loboderizzo 